

Os caminhos das águas em Belém (PA): reflexões sobre cidade, ambiente e governo em uma metrópole amazônica

Pedro Paulo de Miranda Araújo Soares*

Partindo da análise de reportagens veiculadas pela mídia eletrônica e impressa regional, este artigo busca analisar como é problematizada a relação entre população, governo e ambiente na cidade de Belém (PA) em um contexto de crise ambiental e de conflitos relacionados ao usufruto do sistema de saneamento urbano. Os conceitos de “governamentalidade” e de “ambientalização” auxiliam a compreender as contradições cotidianas advindas da concepção segundo a qual a natureza e sua relação com o homem é uma “coisa” a ser gerida pelo Estado. A institucionalização das relações com o meio-ambiente na cidade de Belém produz contrastes sócio-espaciais e populações marginalizadas em relação à ação do poder público.

*Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGAS - UFRGS). Graduado em Ciência Sociais com ênfase em Antropologia na Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Antropologia Social pela UFRGS. Atualmente curso o Doutorado na mesma instituição.

Palavras-chave: governamentalidade; ambientalização; margens.

pedropaulo.soares@
yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Temporal deixa Belém debaixo d'água (Jornal O Liberal, edição de 27/06/2012)

Verão? População enfrenta alagamentos em diversos bairros da capital paraense

O temporal que desabou, ontem à tarde, alagou avenidas, travessas e ruas de vários bairros da Região Metropolitana de Belém. Eram quase 14h20 quando começou o temporal que provocou o transbordamento dos canais. Ruas ficaram alagadas, o trânsito registrou pontos de congestionamentos e a água invadiu casas e comércios. Sobraram problemas para a população.

A jovem Girlene Souza, de 28 anos, foi uma das pessoas que sofreu com a chuva. Ela mora à rua Doutor Luís Régis, entre alameda B e rua Cláudio Bordalo, no bairro da Sacramento, e perdeu computador, geladeira e vários móveis porque a água invadiu a sua casa com violência. [...]”Sempre foi assim. Lá em casa o pessoal levanta os móveis quando chove forte”, relatou o vizinho Guilherme Pamplona.

<http://www.orm.com.br/oliberal/interna/default.asp?modulo=247&codigo=597257>

Acesso em 10/07/2012

O episódio narrado pela notícia acima aponta para um problema vivenciado cotidianamente por boa parte de moradores da cidade de Belém (PA), os quais precisam lidar recorrentemente com as conseqüências das chuvas que caem sobre a cidade e que são próprias ao clima equatorial que caracteriza a região amazônica. Nada de extraordinário ou incomum. Muito pelo contrário, como veremos em algumas situações retratadas ao longo deste artigo, para muitos habitantes da cidade o contato com a água e a presença das chuvas remetem a experiências

de longa duração e de certa forma previsíveis, levando em consideração as variações sazonais da intensidade e frequência das chuvas na região.

A palavra “Verão?”, parte do título do enxerto de jornal retirado da *internet*, ironiza as idéias que associam as enchentes e alagamentos apenas ao período do inverno (que na região Norte acontece de dezembro a abril), quando o índice pluviométrico e o nível dos rios aumentam consideravelmente. Além disso, o conteúdo da notícia indica um problema que ocorre em diversos pontos da capital paraense, tanto em regiões próximas ao centro quanto na periferia, embora diferentes camadas sociais experimentem de forma distinta o acúmulo de água em pontos da cidade. Logo, estamos diante de um fenômeno constante no tempo e no espaço da cidade de Belém e que aponta para a necessidade de uma reflexão sobre a relação que a cidade de Belém estabelece com as suas águas.

Belém (1.393.399 habitantes segundo o recenseamento do IBGE em 2010) é uma ponta de terra rodeada por águas doces. A leste, a cidade é banhada pela baía do Guajará e a oeste a cidade é costada pelo Rio Guamá. Estas duas grandes massas de água doce que emolduram a cidade possuem inúmeros afluentes e ramificações que hoje recortam a cidade na forma de paisagens fluviais agonizantes, isto é, canais pavimentados, valões e esgotos a céu aberto. Muitos desses canais foram no passado rios, igarapés¹ e córregos. Outros canais foram abertos posteriormente – tanto no século XIX quanto no século XX – em virtude de obras de saneamento que visavam a drenagem de áreas pantanosas e constantemente alagadas no interior da cidade (Feitosa 1994:30). Muitos desses

cursos d'água também foram aterrados ou transformados em galerias de esgoto pluvial desaparecidas sob a pavimentação das ruas da urbe (Feitosa 1994:237).

Este trabalho tem como objetivo uma aproximação crítica em relação ao universo abordado no contexto de uma investigação antropológica sobre a "memória ambiental" (Devos et al. 2010) das águas urbanas de Belém, realizada com a colaboração de moradores de áreas alagadiças e ruas que margeiam os "canais" referidos no enxerto de jornal acima. Busco focar as experiências individuais e coletivas de grupos humanos em uma paisagem, isto é, os códigos e símbolos através dos quais a população citadina reflete sobre os processos de urbanização e ocupação do solo urbano em Belém ligados às transformações das paisagens fluviais da cidade.

Um aspecto a ser destacado acerca da cidade de Belém, é que esta é recortada por cursos d'água que se modificaram concomitantemente com as transformações da urbe, obedecendo ao longo o tempo a diferentes arranjos entre cidade e natureza (Devos et al. 2010). Outro aspecto, devidamente ressaltado pela matéria do jornal, é que diante das chuvas e das marés estes cursos d'água transbordam, expondo a população de seus arredores aos riscos de saúde provenientes do contato com o lixo, a sujeira, o esgoto e também acarretando desastrosas perdas materiais. A inundação de vias também pode impedir o tráfego de automóveis e pessoas em trânsito por estas regiões da cidade, além de isolar os moradores dessas áreas que ficam impedidos de sair ou retornar às suas casas.

Para o artigo em questão, utilizo matérias de jornal retiradas da *web* que trazem à tona elementos significativos do univer-

so desta pesquisa, entre eles os já referidos alagamentos e a relação das populações que habitam às margens dos canais com estes cursos d'água. Antes de tudo, estas reportagens servem como mediadoras entre a construção do tema e do objeto da pesquisa e a minha própria experiência como morador da cidade de Belém. Em relação aos conteúdos extraídos da mídia digital paraense com os quais estou trabalhando, não estão em jogo a autenticidade das informações presentes ou a verossimilhança dos depoimentos neles contidos. Minha intenção é, recorrendo à analítica de Michel Foucault (1984), verificar que problematizações essas matérias de jornal veiculam a respeito da relação entre o homem urbano e o meio ambiente, além de evidenciar alguns conflitos entre a população de bairros que sofrem com alagamentos e o poder público.

RECURSOS HÍDRICOS URBANOS: AMBIENTALIZAÇÃO E GOVERNAMENTALIDADE

O manejo dos recursos hídricos urbanos e os discursos – tanto da população como dos representantes do governo – a respeito dos cuidados com as águas da cidade de Belém evidenciam a frágil relação entre governo, população e meio-ambiente. A relação é frágil porque a própria definição de governo e suas atribuições articuladas às tecnologias utilizadas para governar introduzem um impasse quando se trata da gestão da vida nas cidades (Foucault 2002), ambiente que é constantemente reconfigurado pela atividade humana.

Para Michel Foucault, a noção de governo está ligada à gestão de coisas. Entre essas "coisas" estão as riquezas, os recur-

tos, os meios de subsistência, o território em suas fronteiras, com suas qualidades tais como clima, seca, fertilidade, além dos costumes, hábitos, formas de agir e de pensar (Foucault 2002:282). Esta concepção de governo traz consigo a idéia de um Estado regulador das relações entre os homens e as coisas, tendo em vista o que se chama de “bem comum”. Logo, é esse Estado que se coloca como mediador das relações entre o homem e a natureza. A natureza, transformada a partir de então em “recurso”, é despolitizada, ou seja, separada da ação humana e tida como um “bem comum” a todos e que, portanto, precisa ter sua relação como o homem devidamente administrada.

O paradigma da governamentalidade para Foucault é justamente a grande cidade moderna, na medida em que esta concentra as questões referentes às populações, as quais são tidas como objeto estatístico e o alvo das políticas de governo modernas. O crescimento demográfico, a doença, o estabelecimento de habitações precárias nas cidades, todos esses são problemas de população que podem ser encontrados em uma cidade como Belém. Por isso, as cidades introduzem o paradoxo que constitui um desafio para a governamentalidade: gerir as relações do homem com o meio, sendo que este meio já é sinônimo de atividade humana, de criação, destruição e reconstrução contínuas.

Vejamos como se situam, sobre a relação entre cidade, população e ambiente, os dois jornais de maior circulação diária em Belém:

(1)

Belém Sofre com 51 pontos de alagamento

Inverno - Para a Sesan, a culpa é de rede pluvial precária e excesso de lixo nos canais

A chuva acende o sinal de alerta em Belém. A cidade tem 51 pontos de alagamentos. São trechos, a maioria deles em áreas centrais, com fluxo intenso de veículos, que ficam completamente inundados quando chove. O lixo despejado de forma irresponsável e uma rede de drenagem que não comporta nem metade do crescimento da cidade são as principais causas apontadas pela Secretaria Municipal de Saneamento (Sesan) para o problema. [...]

Ao lado da inadequação da rede de drenagem o principal problema é o lixo. Em Belém, boa parte dos resíduos produzidos nos domicílios vai parar nos 68 canais espalhados pela cidade e, dali, seguem para a tubulação que deveria escoar a água da chuva e suportar o volume das marés altas. Em quase todos os grandes centros urbanos, a obstrução de galerias, sarjetas e canaletas são as principais causas de alagamentos. “O lixo é, sem sombra de dúvidas, o nosso maior problema. Todo ano desperdiçamos um recurso que poderia estar sendo investido em saúde, educação, para contornar os estragos provocados pelo lixo que é despejado irregularmente nas ruas”, diz a secretária [de saneamento]. Até o final deste mês, a Prefeitura deverá criar um departamento para fiscalizar as irregularidades e lançar uma campanha educativa para evitar que mais lixo vá parar nos canais e bueiros.

Sesan investe anualmente em operações de limpeza dos canais e redes pluviais e se depara com outro problema: a transformação irregular da rede em esgoto sanitário. “Durante as manutenções, não é raro constatar que muitas pessoas quebram a tubulação para fazer ligação clandestina das fossas com a rede pluvial,

que, é bom que se diga, não é esgoto. Por isso também o problema do mau cheiro nos canais”, explica Pilar Nogueira. [...]

(Jornal O Liberal, edição de 09/01/2011. Disponível em <http://www.orm.com.br/oliberal/inter-na/default.asp?modulo=247&codigo=509355> acesso em 31/07/2012)

(2)

Moradores reclamam do abandono dos canais do Una

Eliete Bitencourt mora há 20 anos no bairro do Mangueirão, próximo ao canal São Joaquim. Na última década a macrodrenagem deu estrutura à área, mas o alívio foi apenas parcial. Sem a devida manutenção e limpeza periódica surgiram focos de alagamento, doenças e passagens intransitáveis.

“Cai lixo no canal. Ele se acumula, e quando chove fica tudo no final, prejudicando que mora mais ao fim da rua”, diz. Com um mercadinho na esquina de maior movimento, ela ouviu também a reclamação de vizinhos sobre o descaso em relação ao bairro. “Não temos um contêiner para botar lixo. Não houve pavimentação das vias e, há anos, não vejo drenarem esse canal, que já está cheio de sujeira e mato”, conclui. [...]

Segundo acordo fechado entre Governo do Estado e Prefeitura de Belém, ainda em 2005, o poder municipal receberia máquinas para a operacionalização dos serviços de limpeza, drenagem e manutenção das bacias.

Sem o devido cumprimento do estabelecido, o resultado foi o acúmulo de reclamações e problemas nas áreas. Além dos alagamentos, são relatados a proliferação de doenças, o aumento de acidentes e a piora da qualidade de vida. Para Daria Almeida, doméstica, o ideal seria um cronograma para manutenção

da área. “Já vi pessoas perderem tudo porque o canal transbordou e alagou diversas casas. Enquanto a prefeitura não ajear isso, muitas famílias continuarão no prejuízo”, disse. [...]

(Diário do Pará, edição de 24/05/2012, disponível em <http://www.diarioonline.com.br/noticia-202528-moradores-reclamam-do-abandono-dos-canais-do-una.html>, acesso em 31/07/2012.)

Os dois trechos de reportagem apontam para a questão dos liames entre governo, população e meio ambiente, evidenciando um conflito (Simmel 1983) entre os agentes da secretaria de saneamento municipal (SESAN) e a população de determinadas áreas que sofrem com a ação das chuvas. Este conflito é projetado inclusive pela maneira como os dois maiores jornais da cidade manifestam sua adesão aos grupos políticos em disputa pelo poder em Belém.

Se no primeiro trecho a secretária de saneamento atribui a responsabilidade da poluição e dos alagamentos aos próprios moradores das proximidades dos canais que jogam lixo no mesmo e prejudicando o escoamento da água, no segundo a ênfase do discurso recai sobre a falta de manutenção dos canais da Bacia do Una mesmo após as que asfaltaram as ruas e pavimentaram as margens desses cursos d'água. Logo, se no segundo trecho a responsabilidade sobre o meio ambiente e sobre as condições de vida da população pertence a um governo que, do ponto de vista dos autores da reportagem, é ineficaz, no primeiro trecho é parte da população que é responsabilizada pela condição de insalubridade em que vive, uma vez que são despejados dejetos nos canais e feitas ligações clandestinas entre os esgotos das casas e os cursos d'água que correm pelos bairros.

No primeiro caso, as palavras da secretária de saneamento evocam o que o antropólogo José Sérgio Leite Lopes (2006) chama de “ambientalização”, ou seja, um processo de transformação das condutas relativas ao meio ambiente que vem ocorrendo no Estado e na mentalidade das pessoas nas últimas décadas. O processo apontado por Leite Lopes diz respeito tanto à utilização cada vez mais recorrente da questão ambiental como fonte legitimadora na argumentação de conflitos, o que incorre em uma re-politização do termo “meio ambiente”, tanto quanto à subjetivação individual das normas referentes aos cuidados com este ambiente, o que se faz a partir de uma “educação ambiental”.

Nesse sentido, a ação do estado é pulverizada na medida em que passa a ser responsabilidade moral de cada indivíduo zelar, a partir de suas próprias condutas, pela relação entre o homem e o meio em que vive. Em suas palavras, a secretária de saneamento recorre a um destes princípios do processo de ambientalização quando clama pela mudança de comportamento da população “irresponsável”. Em outras palavras, para a SESAN os moradores dessas áreas seriam os próprios responsáveis pela situação precária em que se encontram, uma vez que não se alinham à linguagem da educação ambiental como código de conduta individual e coletivo. Também é possível notar, a partir dos trechos selecionados, os impasses entre as empresas públicas de saneamento a nível municipal e estadual. Pois se a SESAN – Secretaria Municipal de Saneamento – é responsável pelo recolhimento do lixo, drenagem e dragagem dos canais, caberia à COSANPA – Companhia de Saneamento do Pará – manter a in-

tegridade da rede de esgotos que deságua nestes mesmos canais.

A BEIRA DOS CANAIS E AS MARGENS DO ESTADO

No tópico anterior, vimos como a relação entre homem e meio se constitui como um problema de governo. No caso de Belém, por se tratarem de áreas periféricas (embora muito próximas ao centro da cidade) e de populações de baixa renda, esta pesquisa não pode se furtar a suscitar questões referentes às ações do estado na relação com suas margens (Das e Poole 2004).

Como foi afirmado anteriormente, a cidade de Belém é recortada por vários cursos d’água que sofrem influência das marés. Pelas características das áreas da planície amazônica, a cidade possui 30% de seu terreno abaixo do nível do mar. Muitas dessas áreas estão habitadas, algumas foram aterradas e outras passaram por um intenso processo de drenagem. Há ainda algumas que se transformaram em bairros de população de baixa renda, ainda que muito próximos ao centro da cidade, evidenciando que no processo histórico de ocupação do solo em Belém criou-se um contraste sócio-espacial entre áreas baixas/úmidas e áreas altas/secas.

No segundo trecho de reportagem do tópico anterior, está implícita a opinião de que estas populações seriam as responsáveis por poluírem os riachos e canais da cidade, uma vez que se estabeleceram em locais inapropriados para moradia. Segundo a mesma matéria, o poder público constantemente se pronuncia afirmando que as enchentes nestes locais ocorrem em virtude do lixo despejado nos canais pelos seus habitantes. No entanto, não se

discute sobre os vários processos de ocupação da cidade que levaram um grande contingente populacional a essas áreas marginais e de risco.

A compreensão deste processo de ocupação, fundação e conquista de territórios por parte da população de baixa-renda em Belém pode ser realizada através do conceito de “margem” (Das e Poole 2004) aplicado às problemáticas atuais que têm lugar na cidade, sem esquecer que as margens se configuram como produto da consolidação de práticas e visões de mundo que se estendem no tempo, como migrações campocidade e consolidação de grupos em áreas urbanas alagadiças e pantanosas em Belém ao longo do século XX.

Um dos desafios colocados pela instrumentalização do conceito de “margem” trabalhado por Vena Das e Deborah Poole (2004) é pensar além de sua acepção territorial. As “margens” não seriam criadas apenas territorialmente, mas também dependem da capacidade que o estado moderno possui de criar exceções dentro de seu próprio sistema de leis. Desse modo, quando há a decisão de, por exemplo, remanejar os moradores de uma área tida como imprópria para a habitação ou em função de grandes obras de reforma urbana, o poder soberano mostra uma de suas principais características: o Estado compõe as suas leis, mas ao mesmo tempo é anterior e exterior a elas. É essa anterioridade às leis é o que confere direito ao poder público de avaliar, por exemplo, a desocupação de uma área considerada problemática mediante uma “necessidade vital” ou tendo em vistas o “bem comum”. Logo, as margens também podem ser espaços especialmente criados dentro de um sistema jurídico onde há a indeterminação entre o legal e o ilegal.

O problema dos alagamentos em Belém é de amplo alcance, pois atinge vários bairros e também de longa duração, pois está ligado às características físico-geográficas da cidade e à ocupação de áreas baixas e alagadiças ao longo do tempo. Logo, observa-se que, pela sua recorrência, as enchentes e transbordamentos dos canais e esgotos aparecem como desastres que não representam necessariamente uma ruptura, mas integram o cotidiano dos moradores dessas áreas há bastante tempo. As reflexões de Anthony Oliver-Smith (1999) sobre o desastre enquanto categoria antropológica sinalizam para o risco de considerar os desastres apenas como a conjunção entre destruição física e ruptura social. Para este autor, os desastres ocorrem principalmente em função das formas institucionalizadas das relações entre sociedade e ambiente – e entre cidade e natureza – o que reflete não somente rupturas, mas a ordem social considerada normal. Isto fica ainda mais evidente quando levamos em conta que há formas de vida mais afetadas por desastres como enchentes e alagamentos, o que traz à tona a problemática das margens relacionadas à “lógica da distribuição social dos riscos” (Douglas e Wildawsky 1983:32) na cidade de Belém.

Dessa forma, é possível pensar esses eventos enquanto catástrofes urbanas, mas a dinâmica das relações entre desastre, previsibilidade e “distribuição social dos riscos” nas sociedades contemporâneas também remetem ao *homo sacer*, figura do direito romano antigo utilizada pelo filósofo Giorgio Agamben (2007) para pensar como populações inteiras são postas às margens em relação às escalas de prioridades do Estado soberano, dando-se assim a produção social de vidas com

menos valor, o que se reflete na maneira como a população é governada enquanto problema político. Assim, margens também são produzidas pelo Estado moderno quando o valor de vidas é avaliado e direitos individuais e coletivos são sumariamente suspensos². Os trechos de reportagem a seguir tratam justamente sobre o contato cotidiano prolongado com o risco e a doença provocados pelas situações de alagamento em Belém:

(3)

Alagamento na rua dos Pariquis transmite leptospirose e homem morre

Há dois meses, os moradores da rua dos Pariquis acompanharam de perto o sofrimento de um vizinho vítima de um dos principais danos causados pelos alagamentos: a transmissão de doenças. Um senhor de 52 anos morreu após ser internado com leptospirose, que é transmitida pela urina de roedores. O tempo passou e, na última quinta-feira, quando a cidade foi atingida por uma forte chuva, viu-se que nada mudou. [...]

Mesmo com todos os problemas da área, ainda assim o autônomo não pensa em se mudar do local. Isso porque, segundo ele, as chuvas fortes acontecem uma vez ao ano, mas nos outros meses é bem tranquilo. “Aqui é perto de tudo, não troco a Cremação por outro bairro, mesmo com os alagamento. Mas é uma pena que os governantes não olhem para a cidade com o mesmo carinho que a gente”, disse. [...]

(Jornal O Liberal, edição de 03/04/2010. Disponível em <http://www.orm.com.br/oliberal/interna/default.asp?modulo=247&codigo=464398>, acesso em 10/07/2012).

(4)

Rua fechada em protesto contra a sujeira

Alagamento - Várias doenças, como a dengue, já foram registradas na travessa Apinagés

Moradores da travessa Apinagés, entre a rua dos Tembés e travessa Lauro Malcher, no bairro da Condor, fecharam a metade da pista na tarde de ontem. A causa da ação é um alagamento que há pelo menos uma semana vem causando transtornos, pois os carros passam e a água entra nas casas da travessa, prejudicando a saúde dos moradores. A causa da água empoçada é um bueiro entupido. [...] Além da água do esgoto estar exposta, o lixo trazido pela chuva se acumula no local, causando mau cheiro e servindo de foco de doenças.

Moradores contam que de julho até esse mês, quatro casos de dengue já foram confirmados no local. “Só aqui na Apinagés, três pessoas foram confirmadas com dengue e mais um menino na Tembés”, conta Lindinalva. “Os meninos ficam brincando na rua quando está chovendo e pisam nessa sujeira que fica parada e que a chuva acaba espalhando” [...]

(Jornal O Liberal, edição de 10/09/2010. Disponível em <http://www.orm.com.br/oliberal/interna/default.asp?modulo=247&codigo=489351>, acesso em 10/07/2012)

O quarto trecho, principalmente, traz à tona outra característica das margens, isto é, a presença das estratégias de resistência (Scott 1985) nas quais é negociada a presença/ausência do poder público nestes espaços e, para o caso dos alagamentos e enchentes, aparecem como resistência à própria ação da natureza. A atitude de fechar a rua impedindo a passagem dos carros – em sua maioria veículos da classe média que utiliza essas regiões apenas para trânsito – pode ser vista como parte

das “incivildades cotidianas” (Holston 2008) próprias à democracia enquanto um processo que ainda se consolida lentamente no Brasil. Se a afirmação da igualdade entre os cidadãos cria novas desigualdades, então os moradores da travessa Apinagés recorrem à interdição da rua não apenas para reivindicar providências da prefeitura, mas para dar visibilidade a essas desigualdades escamoteadas pela afirmação da igualdade na democracia brasileira.

Quanto à questão da doença e do contato com impurezas das águas que aparece nos dois trechos destacados, Didier Fassin (2010) mostra que as narrativas sobre epidemias e enfermidades são memórias subterrâneas soterradas pela “memória oficial” da construção do lugar. Nesse sentido, pensar na doença como forma de expressão das desigualdades sociais e vicissitudes do cotidiano pelo próprio corpo dos enfermos ou a partir de narrativas é relevante para esta pesquisa junto aos habitantes de áreas canalizadas em Belém (PA), tendo em vista que nos dois trechos de reportagem selecionados, os lamentos dos moradores em função dos prejuízos à saúde se misturam às queixas sobre perdas materiais e más condições de saneamento. Além disso, há de se considerar que as deficiências relacionadas ao saneamento da cidade e ao contato com águas contaminadas foram responsáveis no passado por graves epidemias de cólera³ – como mostra o trabalho da antropóloga Jane Beltrão (2007) – evidenciando que as doenças possuem marcadores não apenas ambientais, mas sociais inclusive.

As narrativas sobre doença e definhamento provocadas pelo contato com águas poluídas causam desconforto por se tratarem de discursos ocultos repre-

sentando a negação de todo o processo civilizatório e de urbanização de parte da cidade de Belém durante o século XX. As enfermidades, mesmo mantidas dentro de padrões estatísticos considerados aceitáveis para uma população na perspectiva do biopoder (Foucault 2002), são também formas de os corpos expressarem as disparidades sociais e a segregação sócio-espacial advindas de um processo de urbanização e ocupação do solo criador de contrastes e margens na cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um estudo sobre memória ambiental das águas em uma metrópole amazônica deve refletir acerca dos conhecimentos das populações urbanas sobre o seu meio e as suas concepções sobre o controle da poluição nos rios e canais, assim como as estratégias e táticas (De Certeau 1994) para viver cotidianamente em contato com o lixo, a sujeira e o mau-cheiro. E esta memória ambiental - pois a memória é aqui tratada como um esforço criativo dos sujeitos orientado para uma ação no mundo (Eckert e Rocha, 2005), ao invés de mera lembrança do passado - também abrange as problemáticas atuais da cidade de Belém na sua relação com as águas que lhe recortam, além das imagens da cidade presentes no material veiculado pela mídia eletrônica que estiveram presentes nesse trabalho. Pois estas imagens da cidade também compõem a sua memória na medida em que, a partir delas, a cidade de Belém é pensada e sonhada coletivamente.

NOTAS

- 1 Denominação regional para uma pequena forma de córrego ou riacho.
- 2 Sobre o direito à moradia adequada, conferir as resoluções presente na Agenda Habitat (Fernandes 2003). Trata-se de um documento redigido tendo em vista os interesses dos municípios no Brasil com base nas discussões realizadas na Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos de Istambul em 1996.
- 3 Doença infecto-contagiosa causada pela bactéria *Vibrio cholerae*, que se multiplica rapidamente no intestino.

BIBLIOGRAFÍA

- Agamben, G. (2007). *Homo sacer. O poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- Beltrão, J. F. (2007). Memórias da cólera no Pará (1855 e 1991): tragédias se repetem? *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* 14:145-167.
- Carvalho, G. (2004). “O financiamento dos bancos multilaterais para os projetos de saneamento na Região Metropolitana de Belém – Uma reflexão sobre o tema”. Em *A questão da água na Grande Belém*. Editado por S. Uhly e E. L. de Souza, pp. 103-120. Belém: Casa de Estudos Germânicos/UFGA.
- Das, V. e Poole, D. (2004). “State and its margins”. Em: *Anthropology in the margins of the state*. Editado por V. Das e D. Poole, pp. 6-32. Santa Fe: School of American Research Press.
- De Certeau, Michel. (1994). *A invenção do cotidiano*, vol.1. Petrópolis: Vozes.
- Devos, R. V., Soares, A. P. M. e Rocha, A. L. C. (2010). Habitantes do Arroio: memória ambiental águas urbanas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente* 22:51-64.
- Douglas, M., Wildavsky, A. (1983). *Risk and Culture*. Los Angeles: University of California Press.
- Fassin, D. (2005). Gobernar por los cuerpos, políticas de reconocimiento hacia los pobres y los inmigrantes. *Educación*, 28:201-226.
- Fassin, D. (2010). *When bodies remember. Experiences and politics of AIDS in South Africa*. Berkeley, Los Angeles: University of California Press.
- Feitosa, D. de. (1994). *Macro drenagem e água potável em Belém do Pará. Documentário histórico*. Belém: COSANPA/Multisoft.
- Fernandes, M. (2003). *Agenda Habitat para Municípios*. Rio de Janeiro: IBAM.
- Foucault, M. (1977). “A governamentalidade”. Em: *Microfísica do poder*, pp. 277-293. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (2002). “Aula de 17 de março de 1976”. Em: *Em defesa da sociedade. Curso no Collège de France*, pp. 285-315. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (1984). “Introdução. A problematização moral dos prazeres”. Em: *História da sexualidade 2: O uso dos prazeres*, pp. 07-32. Rio de Janeiro: Graal.
- Holston, J. (2008). *Insurgent citizenship. Disjunctions of democracy and modernity in Brazil*. Princeton & Oxford: University of Princeton.
- Lobato, C. C. de Q. (2005). “O plano urbano de Antônio Lemos: a planta de Belém de 1905”. Em: *Um olhar sobre aspectos da infra-estrutura e do planejamento urbano em Belém do Pará*. Editado por C. C. de Q. Lobato et al., pp. 15-40. Belém: Editora CESUPA.
- Lopes, J. S. L. (2006). Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. *Horizontes Antropológicos* 25:31-64.
- Oliver-Smith, A. (1999). “What is a disaster? Anthropological perspectives on a persistent question”. Em: *Angry earth*. Editado por A. Oliver-Smith e S. Hoffman, pp. 19-34. New York: Routledge.
- Scott, J. (1985). *Weapons of the weak. Everyday forms of peasant resistance*. Connecticut: Yale University Press.
- Simmel, G. (1983). “A natureza sociológica do conflito”. Em: *Georg Simmel: Sociologia*. Editado por E. Moraes Filho. São Paulo: Editora Ática.
- Soares, K. G. (2008). *As formas de morar na Belém da Belle Époque (1870-1910). Dissertação de Mestrado*. Departamento de História, Universidade Federal do Pará, BRA.
- Velho, G. (2003). *Projeto e metamorfose*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.